
Obtenção de recursos para a agricultura urbana através do Orçamento Participativo municipal: a experiência de Porto Alegre

Saya Saulière - sayasauliere@hotmail.com

IPES/PGU-AL

Fotos: Saya Saulière - 1: processando mel na Casa do Mel; 2: o prédio-sede da Coopeixe

Introdução

Desde 1989, a prefeitura de Porto Alegre vem implementando seu programa de Orçamento Participativo, que permite aos habitantes decidir sobre a destinação de parcela significativa dos recursos públicos municipais. Os produtores urbanos organizados puderam, através desse canal, demandar financiamento para desenvolver suas atividades, desde a produção até o processamento e a comercialização.



Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul (Brasil), tem uma população de aproximadamente 1.350.000 habitantes (IBGE, 2000). Trata-se da segunda capital de estado brasileiro em área rural, que nela representa 30,56% da área total da cidade (17.116 ha) (SMIC, 2002), da qual 60% é usada para horticultura, fruticultura e pecuária. Segundo as estatísticas de 2002 (EMATER), existem cerca de 600 agricultores na região (cultivo de ameixas, flores, *duraznos* etc.) .

A cidade é internacionalmente conhecida por suas gestões inovadoras. Um dos pilares do processo de democratização local foi a implementação do Orçamento Participativo (OP), processo democrático de participação popular pelo qual a população decide de forma direta a distribuição de parcela significativa dos recursos públicos em obras e serviços que serão executados pela administração municipal.

A organização e o funcionamento do OP foram aperfeiçoados ao longo dos anos com a intenção de facilitar a participação e garantir a democracia do processo. Funciona atualmente da seguinte maneira: a cidade está dividida em 16 regiões com base em critérios geográficos, sociais e de organização comunitária. Sobre essa base geográfica, a população expressa suas necessidades e destaca 4 prioridades dentro dos 14 temas existentes . Dentro de cada tema escolhido, é definida a

prioridade das obras a serem implementadas e os serviços a serem desenvolvidos. Além disso, foram organizadas 6 comissões temáticas abrangendo toda a cidade de modo a amplificar a participação de outros atores sociais que não participavam a princípio do OP (sindicalistas, comerciantes, empresários, agricultores e estudantes). Também, essas comissões permitiram superar a visão bairrista para pensar o orçamento em escala que abrangesse toda a cidade, de modo a criar uma instância onde são decididos investimentos setoriais segundo os seguintes temas: Organização da Cidade e Desenvolvimento Urbano e Ambiental; Circulação e Transporte; Saúde e Assistência Social; Educação, Esporte e Lazer; Cultura; e Desenvolvimento Econômico e Tributação.

Anualmente, a Prefeitura organiza, em conjunto com a comunidade, grandes reuniões e assembléias plenárias.

Experiências de Agricultura Urbana financiadas através do Orçamento Participativo

Existem 4 experiências de AU financiadas por meio do OP. Todas elas foram priorizadas dentro da Comissão Temática de Desenvolvimento Econômico.

Cooperativa de pescadores

A cidade de Porto Alegre localiza-se às margens do Rio Guaíba. Em 1999, os pescadores das ilhas (Ilha da Pintada e outras) formaram a primeira cooperativa de pescadores de produção e prestação de serviços do estado do Rio Grande do Sul – Coopeixe, e, nesse mesmo ano, mobilizaram-se dentro da Comissão Temática de Desenvolvimento Econômico para solicitar recursos para a construção de um centro de processamento e comercialização de pescado na periferia da cidade. A construção dessa estrutura lhes permite reunir toda a pesca em um só lugar, fazer a manipulação e limpeza dos peixes (segundo as normas sanitárias) e servir de centro de abastecimento. O valor investido foi de aproximadamente R\$ 350.000,00.

Atualmente, 230 sócios fazem parte dessa cooperativa. O pescado é comercializado nos mercados, restaurantes e diretamente aos consumidores. No ano de 2003 será maximizada a produção e a comercialização, que deverá abranger Porto Alegre e seus arredores.

Esta experiência de participação dentro do OP municipal motivou os cooperantes a participar no OP estadual. Em 2000-2001, os pescadores do estado se organizaram e pediram recursos para material (redes e barcos), obtendo R\$ 150.000,00 dentro da Comissão Temática de Agricultura e Abastecimento.

Os pescadores da Coopeixe pretendem agora fazer outro pedido no OP de 2003, para obter o material de pesca que falta. E alguns membros da cooperativa já sonham em criar, dentro de alguns anos, através do OP, uma agroindústria de transformação do pescado.

Casa do Mel da Associação Gaúcha de Apicultores

A Associação Gaúcha de Apicultores (AGA) existe há 40 anos e tem atualmente 80 sócios. Os apicultores vivem em Porto Alegre porém muitos deles praticam a apicultura no interior do estado. Um dos maiores problemas enfrentados pelos apicultores da Associação era o processamento do mel, e há mais de 20 anos eles já tinham a idéia de implantar um centro da Associação equipado para a transformação de seu produto. Em 1995, os associados solicitaram e obtiveram, dentro da Comissão Temática de Desenvolvimento Econômico do OP, a construção da "Casa do Mel" com um valor aproximadamente de R\$ 70.000,00. A associação comprou o equipamento para a casa (R\$ 30.000,00) por meio de uma porcentagem sobre a renda do mel vendido. A casa foi inaugurada em 1998.

No ano de 2002, a Associação decidiu fazer outra solicitação para construir uma unidade de processamento de própolis e uma estrutura para estocagem do mel, junto à casa atual. A demanda foi aprovada e o custo previsto está estimado em R\$ 40.000,00.

Os produtos atualmente transformados na Casa do Mel têm o selo federal de controle sanitário, que permite sua exportação internacional. O mel da associação é vendido em um quiosque no centro de Porto Alegre, cedido pelo município, e em feiras. Os produtores preferem não vendê-lo nos supermercados por sua visão social de não vender seu produto a preço muito elevado (devido ao alto custo do espaço). Hoje a demanda por mel excede a capacidade produtiva da AGA, razão pela qual não é necessário buscar novos canais de distribuição. Em 2002, foram produzidas 15 toneladas de mel.

Foi firmado um convênio entre a AGA e o Município dentro do OP, pelo qual ficou estipulado que qualquer pessoa não associada pode usar os serviços da Casa Do Mel, que a AGA deve organizar cursos de apicultura para iniciantes, e que devem ser retiradas as colméias que possam representar um risco para os moradores da cidade.

Os associados querem construir, futuramente, com a ajuda de recursos do OP, uma unidade de transformação de pólen.

Associação dos criadores de porcos

Nos anos 90, os criadores de porcos de Porto Alegre tinham a prática de recolher, em suas casas, os resíduos que encontravam pela cidade e então separar a parte orgânica para usá-la na alimentação de seus animais. Por várias razões, essa prática era prejudicial para o meio ambiente. Para trazer uma solução para o problema, o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) implementou um projeto pelo qual os resíduos orgânicos são separados na origem, recolhidos e distribuídos para os criadores. Em contrapartida, os 15 produtores que participam do projeto abastecem as creches próximas (200 crianças), entregando-lhes todos os meses alimentos não perecíveis valendo 500 reais. Atualmente, os resíduos orgânicos são recolhidos de 35 estabelecimentos, na maioria restaurantes comerciais e cantinas de empresas), somando uma média de 7 toneladas/dia para alimentar 1700 porcos. O DMLU é responsável pela coleta e transporte dos resíduos até uma central de distribuição, localizada na casa de um dos criadores de porcos.

No início do projeto, os 15 produtores não estavam associados. Decidiram depois organizar-se na «Associação de Suinocultores da Zona Sul» para poder apresentar melhor suas demandas dentro do OP. No ano de 1996, foi solicitada e aprovada, através da Comissão Temática de Desenvolvimento Econômico, a compra de uma máquina para triturar e esterilizar os resíduos orgânicos. Nas demandas para 2002, a Associação, dentro da mesma comissão, pediu e conseguiu, um caminhão e um trator no valor de R\$ 50.000,00. Isso permitirá, entre outras coisas, aumentar a coleta de resíduos e a ração disponível para os porcos. O caminhão servirá para o projeto, mas também será usado pelo DMLU para outro fins, quando necessário.

Este ano, os associados estão pretendendo solicitar, dentro do OP, a construção de uma agroindústria para poder abater e processar os animais em derivados com maior valor agregado.

Agroindústria dentro de um projeto de turismo rural

A associação comunitária de Belém Velho está desenvolvendo um projeto de turismo rural, incorporando caminhadas pela região, visitas a granjas agrícolas etc.

Os associados perceberam a importância de ter produtos locais transformados para vender aos turistas. Em 2002, foi solicitado – e obtido – por meio da Comissão Temática de Desenvolvimento Econômico do OP, a construção de uma agroindústria no valor inicial de R\$ 10.000,00. Será uma estrutura simples no terreno da associação comunitária. Uma vez construída, a agroindústria funcionará com os habitantes das favelas de Belém Velho processando os produtos comprados dos agricultores locais e os vendendo aos turistas. Isso permitirá um trabalho conjunto entre esses grupos em conflito e criará alternativas de renda para eles. Também está sendo planejada a criação de uma marca local para identificar os produtos dessa agroindústria.

Neste ano, ou no próximo, planeja-se solicitar a construção de barracas em frente da associação para comercializar os produtos locais.

Alguns elementos para reflexão

A análise dessas 4 experiências nos permite perceber o seguinte:

- Todas as experiências de agricultura anteriormente mencionadas foram viabilizadas através da Comissão Temática de Desenvolvimento Econômico, e não através das Comissões Regionais. Isso se deve ao fato de que, em Porto Alegre, as necessidades priorizadas no nível dessas comissões regionais abrangem quase sempre questões como pavimentação de ruas, saneamento, saúde e educação. A Agricultura Urbana, então, tem maior possibilidade de conseguir financiamento se os produtores agrícolas interessados o solicitarem dentro das comissões temáticas.

- Os agricultores urbanos devem estar organizados e pertencer a uma entidade associativa para obter fundos através do OP. Quanto maior for o número de representantes de uma mesma organização dentro das reuniões e assembleias do OP, para apresentar e defender sua demanda, mais chance terão para que ela seja priorizada. Por outro lado, note-se que a possibilidade de conseguir recursos através do OP atua como incentivo importante para os agricultores se associarem (Coopeixe, Associação de Criadores de Porcos) ou de reforçar sua organização (Casa do Mel). Durante os encontros do OP onde se discute a priorização dos investimentos, os argumentos usados pelos agricultores para apresentarem sua demanda enfocam sempre os benefícios sociais e os



retornos para a comunidade. No caso da Coopeixe, os cooperantes mostraram que a obra permitirá oferecer pescado barato e criar empregos. Os delegados dos criadores de porcos enfatizaram a importância de seu projeto para garantir porcos mais saudáveis e para melhorar o meio ambiente através da coleta adequada dos resíduos orgânicos. Os associados da AGA mostraram os benefícios dos medicamentos naturais produzidos pela apicultura e da importância de produzi-los localmente. No caso da agroindústria do projeto de turismo rural, seus representantes destacaram a necessidade de criar um mecanismo para mediar os conflitos entre os habitantes das favelas e os agricultores, e para promover novas

- oportunidades de emprego e renda.
- É importante sublinhar que os agricultores e pescadores dos casos mencionados pertencem às classes de baixa ou média renda.
 - As experiências de agricultura financiadas através do OP estão localizadas na área rural de Porto Alegre (somente no caso da Casa do Mel a produção acontece no interior do estado).
 - As atividades agrícolas apoiadas pelo OP em Porto Alegre são variadas, e os fundos obtidos variam entre R\$ 10.000,00 e R\$ 350.000,00. Nos casos mencionados, o OP representa praticamente a única forma de obter recursos para a atividade. No caso da Coopeixe, o OP permitiu criar a infraestrutura da cooperativa, sem a qual a mesma não teria existido.
 - Os agricultores urbanos conseguiram recursos através do OP para apoiar a produção (máquinas e materiais), o abastecimento e a transformação (infraestrutura e equipamento de agroindústria). Agora pensa-se em solicitar financiamento para a comercialização (barracas).
 - A participação dos agricultores e pescadores no OP lhes abriu um canal de comunicação com o município, que permite outros tipos de colaboração (ponto de comercialização, prestação de serviços para eventos do município, possibilidade de beneficiar-se de capacitações complementares). Também, em alguns casos os associados devolvem uma contrapartida através de serviços sociais.
 - Os agricultores urbanos que recebem financiamento através do OP seguem uma dinâmica de desenvolvimento de sua atividade. Em vários casos, eles já fizeram mais de um pedido (Casa do Mel, Coopeixe, Associação de Criadores de Porcos) e/ou planejam fazer outros no futuro, muitas vezes com a idéia de agregar valor aos produtos através de seu processamento.
-

Referências

Para obter informações sobre o orçamento participativo:
www.portoalegre.rs.gov.br/op (em abril de 2003)